



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

PROJETO BÁSICO Nº 1/2021 - PRES/DG/SJGI

1.0 - INTRODUÇÃO

Em atendimento ao disposto nos artigos 6º, IX, 7º, I e 14 da Lei nº 8.666/93, Instrução Normativa nº 004/2008 – TRE-RO e Resolução TSE nº 23.234/2010, elaboramos o presente Projeto Básico para contratação de serviços de ornamentação para eventos institucionais deste Tribunal.

2.0 – DO OBJETO

Aquisição de bens permanentes para a melhoria da sonorização do Plenário do TRE-RO. A aquisição visa o aperfeiçoamento do serviço de sonorização e a substituição da obsolescência de equipamentos do Plenário.

2.1. DA DESCRIÇÃO, ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADES

As especificações e quantidades deverão obedecer a descrição abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO
01	Mesa de Som 16 canais padrão rack: Especificações Gerais: Entradas 16; Formato do hardware Chão/Suporte; Roteador Wi-Fi interno Sim; Controle de ethernet Sim; Entradas de microfone XLR8 Mic/Linha, 4 Mic; Canais Hi-Z/instrumento2; Saídas	01 unidade	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>principais XLR e 1/4"; Sends de Aux/Monitor6 balanceados XLR; Reprodução USB2 canais; Gravação estéreo USB2 canais; Saída de fone de ouvido de 1/4"2; Linha de entrada estéreo RCA Sim; Resposta de frequência 20 Hz a 20 kHz +/- 0,25 Db; THD- 20dBFS @ 1kHz <0,006%; Dimensões Altura 110 mm; ; largura 177 mm; Comprimento 483 mm; Peso 3,61 kg</p> <p>Garantia de 12 meses</p>		
02	<p>Trafo de linha:</p> <p>Potência : 10W RMS</p> <p>Entradas : 70V</p> <p>Saída : 4 ou 8 Ohms</p> <p>Dimensões : AxLxP = 5,6x5,0x8,0cm</p> <p>Peso: 0,187 Kg</p> <p>Garantia de 3 meses</p>	16 unidades	
03	<p>Trafo tronco: função de elevar a tensão de saída do amplificador e criar uma linha de 210V, fazendo com que os sinais possam percorrer</p>	02 unidades	

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

	<p>toda a linha instalada sem perda significativa</p> <p>Potência 400W RMS</p> <p>Entradas: 4 e 8 Ohms</p> <p>Saída: Tensão 210 V – Potência 400W RMS</p> <p>Peso: 1,87 Kg</p> <p>Garantia de 3 meses</p>		
04	<p>Caixa de Som passiva cor Branca (par)</p> <p>Acabamento: Injetada em Plástico e tela frontal em alumínio, Material ABS</p> <p>Alto Falantes: 6" WO cone PP + 1" TW dorno PEI</p> <p>Impedância: 8 Ohms</p> <p>Potência: 50Watts RMS cada caixa, 100 Watts RMS o par</p> <p>Resposta Frequência: 85 Hz a 20 KHz</p> <p>Garantia de 12 meses</p>	8 pares	

**2.2 DO LOCAL DE ENTREGA E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS
DECORRENTES DO FORNECIMENTO**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Todos os materiais deverão ser entregues em dias úteis, no horário de 11h às 18h, na Seção de Patrimônio no Edifício Anexo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia localizado na Avenida Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-859. Telefone para agendamento: (069) 3211-2013.

3.0 – DA JUSTIFICATIVA

A presente contratação visa atender demanda do tribunal para adequação/aperfeiçoamento dos equipamentos e sonorização do Plenário, que deve funcionar perfeitamente durante as sessões plenárias e solenidades previstas no Regimento Interno do TRE-RO, a exemplo das solenidades de diplomação, posse de membros da Corte e de dirigentes do Tribunal.

No Plenário, atualmente existem equipamentos obsoletos como a mesa de som e caixas de som sem funcionamento, situação que exige a aquisição de equipamentos e a melhoria do serviço de sonorização.

3.2 DO ALINHAMENTO AO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O serviço pretendido visa o atendimento de vários eventos institucionais decorrentes de inúmeras iniciativas estratégicas voltadas a melhoria dos serviços oferecidos e a interação da Justiça Eleitoral de Rondônia com a sociedade rondoniense. Atende a valores como transparência e publicidade institucional.

4.0 – DA COTAÇÃO DE PREÇOS e CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

O formulário de cotação ([0747780](#)) e o respectivo anexo ([0747934](#)) foi encaminhado por e-mail a várias empresas do ramo no dia 06/10/2021 e reiterado nos dias 08/10/2021 e 11/10/2021. Também foram efetuadas ligações telefônicas às empresas.

Apesar dos esforços empreendidos (e-mail e ligações telefônicas), apenas três empresas responderam a cotação de preços:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ITEM	HTC (0749892)	TOK ELETRÔNICO (0749894)	CRIATIVA (0749897)
1	4.390,00	5.945,00	9.000,00
2	686,40	928,00	2.400,00
3	558,00	708,00	1.000,00
4	8.784,00	9.000,00	14.000,00
	14.418,40	16.581,00	26.400,00

Como critério de aceitação da melhor preposta opta-se pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

Como se verifica, a empresa HTC ELETRÔNICOS AUDIO E VÍDEO EIRELI ME, CNPJ 28.891.682/0001-99 apresentou proposta de menor preço para todos os itens ([0749892](#)) e documentação habilitatória regular ([0749893](#)).

Analisadas as marcas ofertadas pela empresa HTC ELETRÔNICOS AUDIO E VÍDEO EIRELI ME, embora não seja expertise desta unidade, verificadas as marcas e especificações técnicas, entendemos que os equipamentos ofertados atendem ao especificado e às exigências do tribunal.

Considerando que melhor proposta foi apresentada pela empresa HTC ELETRÔNICOS AUDIO E VÍDEO EIRELI ME, no valor de R\$ 14.418,40 (quatorze mil, quatrocentos e dezoito reais e quarenta centavos), a contratação poderá ser realizada de forma direta, nos termos do art. 24, II, da Lei n. 8666/93.

Dados da empresa:

1. Razão Social: HTC ELETRÔNICOS AUDIO E VÍDEO EIRELI ME
2. CNPJ: 28.891.682/0001-99
3. Endereço: Av. Prefeito Chiquilito Erse, n. 2737 – Bairro: Embratel
4. Dados Bancários: Banco SANTADER, agência: 0674, c/c: 13002460-3
5. Responsável: Renato da Silva Guimarães, RG 35205198332150 SSP/GO, CPF 898.514.041-87 – email: vendas@htav.com.br



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

5.0 – DA ADERÊNCIA AO PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO E CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA

As despesas decorrentes do presente Projeto Básico correrão com recursos do Orçamento Anual de 2021, cuja fonte de recurso, programação orçamentária e natureza de despesa são:

Exercício 2021

AÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 02.122.0033.20GP.0011 – 20GP - Julgamento de Causas e Gestão Adm. na Justiça Eleitoral / 0011 - No Estado de Rondônia

CATEGORIA DA PROGRAMAÇÃO: MANUTENÇÃO GERAL

AGREGADOR: REAPARELHAMENTO

DESPESA AGREGADA: OUTROS MATERIAIS PERMANENTES E EQUIPAMENTOS

PLANO INTERNO: INV PERMAN

Valor: 14.418,40 (Quatorze mil, quatrocentos e dezoito reais e quarenta centavos)

6.0 – DA FORMA DE CONTRATAÇÃO E DAS CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

Dada a natureza da contratação, isto é, de mera aquisição/fornecimento de equipamentos, opta-se por substituir o contrato por NOTA DE EMPENHO, nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93.

6.1. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

Como condição para a emissão da Nota de Empenho a empresa deverá apresentar:

6.1.1 Habilitação fiscal, trabalhista e CNJ:

6.1.2 Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (Certidão única abrangendo a regularidade das



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros) ou Certidão Positiva de Débito Com Efeitos de Negativa - CPD-EN;

6.1.3 Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS;

6.1.4 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

6.1.5 Comprovação de inexistência de registro no Cadastro Nacional de Condenações por Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

6.1.6 As certidões poderão ser substituídas pelo cadastro atualizado no SICAF.

6.2 – Habilitação técnica

Não será exigido Atestado de Capacidade Técnica.

6.3 DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.3.1 São obrigações da Contratante:

6.3.1.2 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas nesta Pesquisa de Preços.

6.3.1.3 Efetuar o recebimento definitivo dos produtos entregues, após a verificação do cumprimento das especificações dos produtos, nos termos da cotação de preços e da proposta da contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, mediante emissão de Termo de Recebimento Definitivo de Materiais emitido pela Seção de Patrimônio do TER-RO. Nos termos do art. 29, § 3º, II, “b”, da IN n. 04/2011 deste TRE-RO.

6.3.1.4 Efetuar o pagamento, mediante ordem bancária - ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras – através do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento definitivo, com atesto no verso da Fatura/Nota Fiscal pela Seção de Patrimônio do TER-RO. Serão feitas as retenções legais.

a) No ato do pagamento, a contratada deverá apresentar situação de regularidade perante a Fazenda Pública Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Justiça do Trabalho e CNJ;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

b) Nenhum pagamento será efetuado à futura contratada, enquanto pendente liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços, podendo os valores relativos a essas obrigações ser descontados de pagamentos devidos à futura contratada;

c) Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

6.3.1.5 A compensação financeira prevista neste item cobrada em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.

6.3.2 São obrigações da Contratada:

6.3.2.1 Cumprir as obrigações estabelecidas nesta Pesquisa de Preço;

6.3.2.2 Entregar os materiais no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho, observando as seguintes regras:

a) O material solicitado deverá ser entregue no endereço indicado na Pesquisa de Preços.

b) O horário normal de atendimento é de segunda a sexta-feira, das 11 às 18h, podendo haver agendamento, a critério do Chefe da Seção de Patrimônio do TRE-RO.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

6.3.2.3 Substituir o material recusado, às suas expensas, no prazo máximo de 20 (vinte) dias consecutivos, contados a partir do recebimento do Termo de Recusa de Material;

6.3.2.4 Recolher, mediante agendamento, a suas expensas, depois de efetuada a regular substituição, o material recusado, no prazo máximo de 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir do vencimento do prazo estipulado para substituição.

a) Expirado o prazo previsto para recolhimento do material recusado, o CONTRATANTE se reservará no direito de proceder à devolução dos materiais recusados e descontará o valor das respectivas despesas do crédito a que faça jus a contratada, em razão da efetiva e regular entrega dos materiais que lhe foram empenhados;

b) Na hipótese de inexistência de créditos e ante o não recolhimento dos materiais recusados - mesmo após devidamente notificada - e ausência de qualquer manifestação, fica este tribunal no direito de efetuar o descarte dos materiais recusados da forma que melhor lhe convir, se ultrapassados 30 (trinta) dias da notificação da CONTRATADA.

6.3.2.5 Solicitar, se necessário, dentro do prazo de entrega, substituição ou recolhimento de materiais, a prorrogação do mesmo, a qual deverá ser devidamente justificada e dirigida à Coordenadoria de Material e Patrimônio do TRE-RO, unidade competente para, colhida a manifestação do Fiscal do Contrato, decidir acerca desses requerimentos;

a) Somente serão processados os pedidos protocolados dentro dos prazos para entrega e substituição do bem, conforme prazos e circunstâncias estabelecidas na Instrução Normativa n. 004/2008-TER-RO.

6.3.2.6 Responsabilizar-se por quaisquer danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução dos serviços objeto do Contrato, não podendo ser arguido, para efeito de exclusão de responsabilidade, o fato de a Administração proceder à fiscalização ou acompanhamento da execução dos referidos serviços;

6.3.2.7 Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato decorrente da Ata de Registro de Preços, ficando as supressões acima desse limite condicionadas a acordo entre as partes;

6.3.2.8 Cumprir a garantia dos equipamentos, conforme especificação constante do catálogo dos equipamentos.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7. DAS SANÇÕES

7.1 SANCÕES PUNITIVAS:

7.1.1 Poderão ser aplicadas à contratada, nos termos do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, nas hipóteses de inexecução total ou parcial das obrigações estipuladas em edital e seus anexos, as seguintes sanções:

7.1.1.1 advertência.

7.1.1.2 multa sobre o valor do contrato e fixada de forma proporcional à extensão e gravidade da inexecução perpetrada, cumulada com as multas moratórias e, se cabível, com as demais sanções previstas neste PB, de até 10% (dez por cento) sobre o valor da nota de empenho.

7.1.1.3 suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

7.1.1.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

7.1.1.5 Se a contratada não recolher o valor da multa ou da condenação, eventualmente aplicadas, dentro estabelecido na notificação, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa da União devidamente corrigido pela SELIC (Decisão TCU n. 1.122/00 – Plenário, publicada no DOU de 01/06/01).

7.1.1.6 No mesmo ato o responsável será notificado de que a ausência do recolhimento no prazo máximo de 75 (setenta e cinco) dias poderá ensejar sua inscrição no Cadin (Art. 2º, § 2º da Lei n. 10.522/02);

7.1.1.7 Os responsáveis pelas multas e demais obrigações não quitadas e desde que não inscritas na Dívida Ativa da União ou no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin), poderão ainda ser inscritos no Cadastro Interno de Inadimplentes do TRE/RO – CAI2.

7.1.1.8 As multas não eximem o CONTRATADO da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração ou a terceiros. Os valores originados dessa conduta da contratada serão corrigidos pelos mesmos critérios de atualização das multas.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.1.1.9 O procedimento para aplicação de sanções ao CONTRATADO observará o devido processo legal administrativo e as regras contidas na Instrução Normativa TRE/RO n. 04/2008, disponível no seguinte link da internet: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-ro-in-no-004-2008>. A CONTRATADA será cientificada das eventuais alterações dessa norma.

8. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

8.1 A Gestão e Fiscalização do contrato serão realizadas pelo titular da Secretaria Judiciária e da Gestão da Informação - SJGI deste Tribunal, ou por quem suas vezes fizerem, cabendo-lhe, nessa condição, as atribuições previstas na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008.

8.2 A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização durante a realização dos trabalhos, não poderá ser invocada para eximir a contratada da responsabilidade pela execução dos serviços.

8.3 A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações ou registros no Relatório de Serviços.

8.4 Os procedimentos adotados são os previstos na Pesquisa de Preço, na Instrução Normativa TRE-RO nº 04/2008 e na legislação em vigor.

9.0 – DOS ANEXOS

São anexos do presente PB: a cotação de preços evento [0749893](#) e [0749893](#) (habilitação).



Documento assinado eletronicamente por AUREA CRISTINA SALDANHA OLIVEIRA ARAGÃO, Secretário(a) Judiciário e de Gestão da Informação, em 13/10/2021, às 15:03, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0750085** e o código CRC **59486AEF**.

0002582-76.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002582-76.2021.6.22.8000

INTERESSADO: SJGI

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – Aquisição de bens permanentes para melhoria da sonorização do Plenário do TRE-RO (equipamentos de som).
Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 185 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – RELATÓRIO

01. Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação – SJGI ([0721443](#)), objetivando a **contratação de empresa especializada no fornecimento de bens permanentes para a melhoria da sonorização do Plenário do TRE-RO**.

02. A Solicitação de Contratação 2 ([0721446](#)), pede a autorização para a elaboração de estudo técnico preliminar (ETP) e projeto básico (PB) da contratação pretendida, foi encaminhada pela unidade demandante à Secretária de Administração, Orçamento, Finança e Contabilidade. E, pelo Despacho nº 1278/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0721508](#)), o pedido foi deferido pelo secretário da SAOFC, que determinou o envio dos autos à unidade solicitante/demandante para a elaboração do ETP e PB.

03. O Estudo Técnico Preliminar (ETP) para dispensas e inexigibilidades de licitação, contendo os elementos iniciais para elaboração



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

do projeto básico, foi juntado aos autos no evento [0729552](#). Para a estimativa do valor da despesa a unidade utilizou-se da Pesquisa de Preços entre empresas do mercado local ([0747932](#) e [0747934](#)). Foram convidadas, por e-mail ([0747940](#), [0749039](#) e [0749186](#)) bem como por telefone ([0749899](#)), várias empresas do ramo de atividade da contratação ([0749892](#), [0749894](#) e [0749897](#)).

04. Juntou-se aos autos a regularidade fiscal de 03 (três) empresas participantes do certame, são elas: HTC ELETRONICOS AUDIO E VIDEO EIRELI ([0749895](#) e [0729552](#)), M A ELETRONICOS LTDA ([0749895](#)) e ELETRONICA CRIATIVA LTDA ([0749898](#)).

05. Após a realização desta Cotação de Preços nº 03/2021 – SLC, a SJGI elaborou a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0750044](#)) e o Projeto Básico nº 1/2021 – PRE/DG/SJGI ([0750085](#)). E encaminhou os autos à unidade competente para continuidade do feito, conforme Remessa 16/2021 – PRES/DG/SJGI ([0750158](#)).

06. Em seguida, a Coordenadoria de Material e Patrimônio (COMAP), unidade responsável pela avaliação de Termo de Referência e Projeto Básico, nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE nº 004/08, entendeu pela regularidade do Projeto Básico citado, atestando que o referido instrumento, complementado pela proposta da empresa, encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelos art. 6º, inc. IX art. 7º, inc. I da Lei nº 8.666/93 e da IN nº 04/2008 do TRE-RO, consoante Análise de Termo de Referência/ Projeto Básico nº 106/2021 ([0750524](#)).

07. Por sua vez, a Seção de Programação Orçamentária e Financeira (SPOF) apresenta nos autos disponibilidade orçamentária e financeira no valor de R\$ 14.418,40 para suportar a despesa no presente exercício, bem como a adequação da despesa ao PPA, LDO e LOA ([0751197](#)).

08. Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica acerca da modalidade licitatória a ser adotada. **É o necessário relato.**

II – ANÁLISE JURÍDICA

09. A Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, prevê, em seu art. 24, os casos de dispensa de licitação, nos quais, embora haja



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

competição, é autorizado ao administrador a afastar o procedimento licitatório e contratar de forma direta.

10. Entre as hipóteses elencadas no referido dispositivo legal está a dispensa em função do pequeno valor do serviço ou compra, *in verbis*:

II - para outros serviços e compras de valor até **10%** (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

11. Esclarece-se que os **10%** mencionado corresponde a **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais), pois o art. 23, II, "a", da Lei de Licitação e Contratos, atualizado pelo Decreto Federal nº 9.412, de 18 de junho de 2018, estabelece o valor de R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) para a modalidade convite.

12. No caso em tela, o valor da aquisição pretendido é de **R\$ 14.418,40**, conforme demonstrado no Projeto Básico 1 ([0721446](#)), na Cotação de Preço realizada ([0739597](#)) e na informação conclusiva sobre o valor estimado da contratação ([0743713](#)). Assim, está dentro do limite legal apresentado no item anterior. Portanto, a contratação pretendida **poderá** ser processada de forma direta, por **dispensa de licitação**, com amparo no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**.

13. Sobre a cotação de preço levada a cabo no mercado local, ela é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (art. 26, Parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93).

14. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, **inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade**.

15. No vertente caso, 03 (três) empresas com regularidade fiscal e trabalhista apresentaram propostas válidas, são elas:

- **HTC ELETRÔNICOS AUDIO E VÍDEO EIRELI ME**, CNPJ nº 28.891.682/0001-99, apresentou proposta do valor total de **R\$ 14.418,40** ([0749894](#)) e habilitação fiscal e trabalhista regulares ([0749893](#) e [0753310](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- **M A ELETRÔNICOS LTDA** - CNPJ nº 04.596.321/0001-51, apresentou proposta do valor total de **R\$ 16.581,00 (0749894)** e habilitação fiscal e trabalhista regulares ([0749895](#) e [0753348](#)).
- **ELECTRÔNICA CRIATIVA** – CNPJ 84.720.648/0001-22, apresentou proposta do valor total de **R\$ 26.400,00 (0749897)** e habilitação fiscal e trabalhista regulares ([0749898](#) e [0753346](#)).

16. Essa hipótese vai ao encontro do que assentou o Tribunal de Contas da União (TCU) nos **Acórdãos 1.545/2003, 222/2004 e 2.975/2004, todos da 1ª Câmara e 1.782/2010 – Plenário**. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 1 - Pesquisa de preços com pelo menos três cotações válidas

Denúncia formulada ao TCU indicou irregularidades na realização de coleta de preços, no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet. A primeira das irregularidades seria a existência de vícios na condução, autorização e homologação de pesquisa de preços nos exercícios de 2004 e 2008. A esse respeito, a unidade técnica expôs que “Essa Corte de Contas vem defendendo, de forma reiterada, que a consulta de preços junto ao mercado, nos casos de dispensa de licitação, deve contemplar, ao menos, três propostas válidas...”. O relator, acolhendo a manifestação da unidade técnica, votou pela procedência da denúncia e expedição de determinação à Codesa no sentido de que, “faça constar dos processos de contratação direta, inclusive por meio de licitação com base no art. 24, incisos I e II, da Lei nº 8.666/93, pesquisa de preços de mercado, no número mínimo de três cotações válidas, elaborados por empresas do ramo, com identificação do servidor responsável pela consulta, conforme iterativa jurisprudência deste Tribunal”. O Plenário, por unanimidade, acompanhou o voto do relator. Precedentes citados: Acórdãos nº 1.545/2003-1ª Câmara – Relação nº 49/2003; nº 222/2004-1ª Câmara e nº 2.975/2004-1ª Câmara. Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010. (sem grifo no original)

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS - e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta". O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão nº 1782/2010-Plenário, TC-003.971**

17. Pois bem, verifica-se que o melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa **HTC ELETRÔNICOS AUDIO E VÍDEO EIRELI ME**, com a proposta no valor total de **R\$ 14.418,40** e **habilitação fiscal e trabalhista regulares**, justificando, portanto, a escolha desse fornecedor. Logo, os requisitos legais constantes no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III, da Lei nº 8.666/93** estão **preenchidos**.

18. Outro ponto importante é quanto à necessidade de regularidade perante o INSS e o FGTS da empresa a ser contratada diretamente. Veja-se:

Contratação de serviços por dispensa de licitação: 2 - Prova de regularidade perante o INSS e o FGTS

Ainda no que se refere à Denúncia formulada ao TCU que indicou irregularidades na realização de coleta de preços no âmbito da Companhia Docas do Espírito Santo – Codesa, para a contratação direta de serviços de diagramação e editoração do balanço de 2003 da empresa, para fins de publicação no Diário Oficial e em sítio da internet, foi informada pelo denunciante a dispensa indevida de comprovação de regularidade da contratada para com o Instituto Nacional de Seguro Social – INSS – e o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, contrariando jurisprudência do TCU. Um dos responsáveis alegou, em sua defesa, que norma interna da Codesa demandava apenas “verificação de regularidade junto ao Cadin, não fazendo qualquer menção à certidão de INSS e FGTS, que, sob sua ótica, seriam itens obrigatórios para licitação, desconhecendo sua exigência nos casos de contratação direta”. Em sua análise, a unidade instrutiva, ao rejeitar os argumentos do responsável, registrou a existência de normas constitucionais (caput e § 3º do art. 195 da Constituição Federal de 1988) e legais (art. 2º da Lei 9.012 de 1995) que exigem prova de regularidade perante o INSS e o FGTS como condição para a contratação direta. Além disso, ainda conforme a unidade técnica, “A jurisprudência desta Corte é pacífica no sentido de que a regularidade junto ao INSS e ao FGTS é condição necessária a ser observada, inclusive nos casos de contratação direta”. O relator acolheu a manifestação da unidade técnica e votou pela procedência da denúncia, expedição de determinação corretiva à Codesa e levantamento do sigilo dos autos, no que foi acompanhado pelo Plenário. Precedentes citados: Decisão nº 705/1994; Acórdãos nº 1.467/2003 e nº 361/2007, todos do Plenário do TCU. **Acórdão n. 1782/2010-Plenário, TC-003.971/2009-9, rel. Min. Raimundo Carreiro, 21.07.2010.** (Sem grifo no original)

19. No caso ventilado, a empresa com a melhor proposta apresenta regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados nos eventos 0749893 e 0753310. Assim, este requisito está sendo observado pela Administração.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

20. Pelos elementos que constam dos autos, entende-se possível enquadrar a despesa no **art. 24, II, da Lei nº 8.666/1993**, realizando-se a contratação, **diretamente**, com a empresa **HTC ELETRÔNICOS AUDIO E VÍDEO EIRELI ME**, CNPJ nº 28.891.682/0001-99, a qual ofertou o menor preço para as aquisições em comento, conforme cotações existentes nos autos, tendo demonstrado que reúne as condições mínimas para contratar com o setor público.

21. De outro lado, o PB nº 1/2021- PRES/DG/SJGI ([0750085](#)), complementado pela cotação de preços nº 03/2021 - SLC, possui sob o aspecto formal, os elementos mínimos previstos pelo artigo 6º, inciso IX, da Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93), motivo pelo qual pode ser apresentado à **autoridade competente para sua aprovação**.

III – CONCLUSÃO

22. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta nos autos, esta Assessoria Jurídica opina:

a) pela viabilidade de contratação direta com a empresa **HTC ELETRÔNICOS AUDIO E VÍDEO EIRELI ME**, CNPJ nº 28.891.682/0001-99, por dispensa de licitação, nos termos do **art. 24, II, da Lei nº 8666/1993**; e

b) pela apresentação do PB 1 juntado aos autos ([0750085](#)) à autoridade competente para aprovação, caso assim entenda, em observância ao inc. I do § 2º do art. 7º do diploma legal citado.

23. Por derradeiro, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos da situação a ela submetida, já que impedida regimentalmente a pronunciar-se acerca dos aspectos técnicos associados ao objeto.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MAIARA SALES DO**

CASAL, Analista Judiciário, em 21/10/2021, às 14:00, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 21/10/2021, às 14:06, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0753359** e o código CRC **6A8D2B61**.

0002582-76.2021.6.22.8000

PROCESSO: 0002582-76.2021.6.22.8000

INTERESSADO: Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação - SJGI

ASSUNTO: Dispensa de Licitação – Contratação de empresa especializada no fornecimento de bens permanentes para a melhoria da sonorização do Plenário do TRE-RO.

DESPACHO Nº 1464 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de procedimento administrativo instaurado por solicitação da Secretaria Judiciária e de Gestão da Informação – SJGI ([0721443](#)), objetivando a **contratação de empresa especializada no fornecimento de bens permanentes para a melhoria da sonorização do Plenário do TRE-RO**.

A unidade demandante elaborou a Solicitação de Contratação 2 ([0721446](#)), o Estudo Técnico Preliminar para Dispensas e Inexigibilidades de Licitação - ETP ([0729552](#)) e a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Licitação ([0750044](#)).

Realizou-se a Cotação de Preços nº 03/2021 – SLC ([0747932](#)) entre empresas do ramo no mercado local ([0747940](#), [0749039](#) e [0749186](#)) contudo, somente 3 responderam ([0749892](#), [0749894](#) e [0749897](#)).

Juntou-se aos autos a regularidade fiscal e trabalhista das empresas participante do certame, são



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

elas: **HTC** ([0749893](#) e [0753310](#)), **TOK ELETRÔNICO** ([0749895](#) e [0753348](#)) e **CRIATIVA** ([0749898](#) e [0753346](#)).

A proposta apresentada pela empresa HTC ELETRÔNICOS AUDIO E VÍDEO EIRELI ME, CNPJ 28.891.682/0001-99, na cotação de preços, sagrou-se vencedora, com o valor total dos bens em **R\$ 14.418,40** (quatorze mil quatrocentos e dezoito reais e quarenta centavos).

A unidade demandante juntou o Projeto Básico n. 1/2021-PRES/DG/SJGI ([0750085](#)), contendo a descrição do objeto, a justificativa da contratação, o valor estimado para a contratação, a aderência ao planejamento orçamentário, a forma de execução dos serviços e de pagamento, as obrigações da contratante e do contratado, as sanções administrativas, a gestão e fiscalização do contrato, e encaminhou os autos à COMAP ([0750158](#)).

A Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do item XXIV do art. 3º da Instrução Normativa TRE n. 004/08, manifestou-se pela regularidade do Projeto Básico em questão e pela adjudicação do objeto à empresa HTC ELETRÔNICOS AUDIO E VÍDEO EIRELI ME, CNPJ 28.891.682/0001-99 ([0750524](#)).

A SPOF atestou a disponibilidade orçamentária e financeira do valor da contratação, juntando aos autos a programação orçamentária no valor de **R\$ 14.418,40** (quatorze mil quatrocentos e dezoito reais e quarenta centavos), contendo ainda a informação de que foi efetuado o Pré-empenho 2021ND000589, e que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com o Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual (PPA, LDO e LOA) - evento [0751197](#).

A Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral, por meio do Parecer Jurídico AJDG nº 185/2021 ([0753359](#)), opinou pela possibilidade da contratação direta, por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, II, da Lei nº 8666/1993, da empresa HTC ELETRÔNICOS AUDIO E VÍDEO EIRELI ME, CNPJ 28.891.682/0001-99, e pela aprovação do Projeto Básico 1/2021 ([0750085](#)).

A SAOFC reconheceu a situação de dispensa de licitação e manifestou-se pela aprovação do Projeto Básico ([0750085](#)); pela regularidade do preço estimado; autorização da despesa, de forma direta, por dispensa de licitação e contratação direta da empresa **HTC**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ELETRÔNICOS AUDIO E VÍDEO EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 28.891.682/0001-99 e publicação da dispensa apenas no DJE ([0753790](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretoria-Geral.

Inicialmente, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por dispensa de licitação, uma vez que o valor da demanda **R\$ 14.418,40** (quatorze mil quatrocentos e dezoito reais e quarenta centavos) não supera o limite legal permitido no art. 24, inciso II, da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e no Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018 - **R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais).

No vertente caso, conforme relatado, o formulário de cotação ([0747780](#)) e o respectivo anexo ([0747934](#)) foi encaminhado por e-mail a várias empresas do ramo no dia 06/10/2021 e reiterado nos dias 08/10/2021 e 11/10/2021. Também foram efetuadas ligações telefônicas às empresas, dentre as quais 3 (três) apresentaram propostas ([0749892](#), [0749894](#) e [0749897](#)) juntando-se, também, a respectiva comprovação de regularidade fiscal e trabalhista ([0749893/0753310](#), [0749895/0753348](#) e [0749898/0753346](#)), restando-se cumprida a exigência do TCU no que diz respeito à apresentação de um mínimo de três orçamentos de fornecedores distintos.

O melhor preço obtido na cotação realizada foi oferecido pela empresa AHTC ELETRÔNICOS AUDIO E VÍDEO EIRELI ME, CNPJ 28.891.682/0001-99, no valor de **R\$ 14.418,40** (quatorze mil quatrocentos e dezoito reais e quarenta centavos), justificando, portanto, a escolha do fornecedor ([0749892](#)).

Ademais, a empresa com a melhor proposta, apresenta regularidade fiscal e trabalhista, como se verifica nos documentos juntados aos presentes autos ([0749893](#) e [0753310](#)).

Desse modo, pelos elementos que se encontram nos autos, verifica-se justificados os preços a serem contratados, uma vez que a cotação de preços juntada nos autos é procedimento idôneo para o cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis à todas às contratações diretas, de modo que restam cumpridos, nos termos previstos no **art. 26, parágrafo único, incisos II e III da Lei nº 8.666/93**.

Some-se a isso haver justificativa para a contratação pretendida, considerando, que a aquisição visa atender demanda do tribunal para adequação/aperfeiçoamento dos equipamentos e sonorização do Plenário, que deve funcionar perfeitamente durante as sessões plenárias e solenidades previstas no Regimento Interno do TRE-RO, a exemplo das



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

solenidades de diplomação, posse de membros da Corte e de dirigentes do Tribunal, uma vez que atualmente existem equipamentos obsoletos como a mesa de som e caixas de som sem funcionamento, situação que exige a aquisição de equipamentos para melhoria do serviço de sonorização, conforme item 3 do Projeto Básico n. 1/2021 ([0750085](#)).

Por fim, considerando a natureza da contratação, isto é, de mera aquisição/fornecimento de equipamentos, verifica-se dispensada a formalização de contrato, substituído, no caso, pela nota de empenho nos termos do art. 62 da Lei n. 8.666/93, instrumento idôneo e suficiente para regular a relação contratual, bastando o encaminhamento do Projeto Básico para ciência, o que já foi providenciado pela unidade solicitante ([0751193](#) e [0751206](#)).

Destarte, diante do acima exposto e dos documentos e informações carreados aos autos, somados à necessidade da aquisição do objeto para atender as demandas deste Tribunal, com base nas atribuições conferidas pela Portaria 66/2018:

1 - aprovo o ETP juntado ao evento n. [0729552](#) e o Projeto Básico 1/2021-PRES/DG/SJGI ([0750085](#)), porquanto possui os elementos mínimos essenciais definidos no inciso IX e alíneas, do art. 6º, IX, c/c art. 7º, I, e art. 14 da Lei nº 8.666/93;

2 - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento [0750044](#), em cumprimento ao item 44 do Anexo II da Portaria CNJ n. 101/2021 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015 - Plenário;

3 - autorizo a despesa, por dispensa de licitação, com fulcro no **art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93**; e

4 - adjudico o objeto à empresa HTC ELETRÔNICOS AUDIO E VÍDEO EIRELI ME, inscrita no CNPJ nº 28.891.682/0001-99, por ter apresentado a melhor proposta, e autorizo a **emissão de Nota de Empenho** em favor da referida empresa, no valor de **R\$ 14.418,40** (quatorze mil quatrocentos e dezoito reais e quarenta centavos) condicionada a sua regularidade fiscal.

À SAOFC para a continuidade das ações visando a contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 25/10/2021, às 19:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0754266** e o código CRC **9A1A9151**.

0002582-76.2021.6.22.8000